



UNIVERSIDADE
FEDERAL DO CEARÁ

CONTEXTUS

REVISTA CONTEMPORÂNEA DE ECONOMIA E GESTÃO

Contextus – Contemporary Journal of Economics and Management

ISSN 1678-2089
ISSNe 2178-9258

www.periodicos.ufc.br/contextus

Ferramenta de avaliação da governança ambiental reportada: um estudo nas instituições federais de ensino superior do Ceará

Environmental governance assessment tool: a study in federal higher education institutions in Ceará

Herramienta de evaluación de la gobernanza ambiental reportada: un estudio en las instituciones federales de educación superior de Ceará

<https://doi.org/10.36517/contextus.2026.96605>

Lucas Lucena da Silva

<https://orcid.org/0009-0006-1551-1374>

Mestre em Administração Pública (Profiap) pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab)
lucas@unilab.edu.br

Erlanio Ferreira Lima

<https://orcid.org/0000-0001-9999-4495>

Mestrando em Administração Pública (Profiap) pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab)
erlanioferreiralima@gmail.com

Sérgio Henrique de Oliveira Lima

<https://orcid.org/0000-0002-2738-4492>

Professor da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab)
Doutor em Administração e Controladoria pela Universidade Federal do Ceará (UFC)
sergio.lima@unilab.edu.br

Alexandre Oliveira Lima

<https://orcid.org/0000-0002-8878-7965>

Professor da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab)
Doutor em Administração de Empresas pela Universidade de Fortaleza (Unifor)
alexandrelima@unilab.edu.br

Hugo Azevedo Rangel de Moraes

<https://orcid.org/0000-0003-0006-6360>

Professor da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab)
Doutor em Administração pela Universidade Municipal de São Caetano do Sul (USCS)
hugomoraes@unilab.edu.br

Informações sobre o Artigo

Submetido em 18/03/2026
Versão final em 09/06/2026
Aceito em 12/06/2026
Publicado online em 02/09/2026

Fast-Track – XXVII Encontro Internacional sobre Gestão Empresarial e Meio Ambiente da FEA/USP (ENGEMA)

Comitê Científico Interinstitucional
Editor-Chefe: Diego de Queiroz Machado
Avaliado pelo sistema *double blind review* (SEER/OJS – versão 3)



RESUMO

Contextualização: A governança ambiental tem se consolidado como tema relevante nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) brasileiras, especialmente diante das exigências de transparência e prestação de contas associadas ao modelo de Relato Integrado adotado na Administração Pública Federal (APF) brasileira. Embora existam instrumentos voltados à avaliação da sustentabilidade no ensino superior, ainda são limitadas as iniciativas destinadas à análise sistemática da governança ambiental evidenciada nos Relatórios de Gestão das IFES.

Objetivo: Propor uma ferramenta de avaliação da governança ambiental evidenciada nos Relatórios de Gestão das IFES cearenses, referentes ao período de 2020 a 2024.

Método: Trata-se de uma pesquisa aplicada, qualitativa e exploratória, desenvolvida por meio de análise documental dos Relatórios de Gestão das IFES cearenses e revisão de literatura sobre governança ambiental, sustentabilidade institucional, Relato Integrado e métodos de avaliação.

Resultados: Os resultados evidenciaram predominância de relatos descritivos e fragmentados, com limitada utilização de metas, indicadores e mecanismos de monitoramento. As categorias mais frequentemente reportadas foram eficiência energética e gestão de resíduos, enquanto temas relacionados à mitigação de emissões de gases de efeito estufa, biodiversidade e uso sustentável do solo apresentaram menor evidênciação. A ferramenta permitiu comparar o desempenho das instituições e identificar diferentes níveis de desenvolvimento das práticas reportadas.

Conclusões: O estudo contribui para o fortalecimento da transparência, da *accountability* e da sustentabilidade institucional nas IFES, ao oferecer um instrumento capaz de sistematizar a análise das informações ambientais reportadas nos Relatórios de Gestão e subsidiar processos de avaliação comparativa e tomada de decisão.

Palavras-chave: governança ambiental; relato integrado; *accountability*; instituições federais de ensino superior; sustentabilidade institucional.

ABSTRACT

Background: Environmental governance has established itself as a relevant issue in Brazilian Federal Higher Education Institutions (IFES), especially in light of the transparency and accountability requirements associated with the Integrated Reporting model adopted by the Brazilian Federal Public Administration (APF). Although there are tools designed to assess sustainability in higher education, initiatives aimed at systematically analyzing the environmental governance reflected in the Management Reports of IFES remain limited.

Purpose: To propose an assessment tool for evaluating the environmental governance reflected in the Management Reports of IFES in Ceará for the period from 2020 to 2024.

Method: This is an applied, qualitative, and exploratory study conducted through a documentary analysis of the Management Reports of higher education institutions in Ceará and a literature review on environmental governance, institutional sustainability, Integrated Reporting, and assessment methods.

Results: The results revealed a predominance of descriptive and fragmented reports, with limited use of targets, indicators, and monitoring mechanisms. The most frequently reported categories were energy efficiency and waste management, while topics related to greenhouse gas emissions mitigation, biodiversity, and sustainable land use received less attention. The tool allowed for a comparison of the institutions' performance and the identification of different levels of development in the reported practices.

Conclusions: This study contributes to strengthening transparency, accountability, and institutional sustainability at Federal Institutions of Higher Education (IFES) by providing a tool capable of systematizing the analysis of environmental information reported in Management Reports and supporting benchmarking and decision-making processes.

Keywords: environmental governance; integrated reporting; accountability; federal higher education institutions; institutional sustainability.

RESUMEN

Contextualización: La gobernanza ambiental se ha consolidado como un tema relevante en las Instituciones Federales de Educación Superior (IFES) brasileñas, especialmente ante las exigencias de transparencia y rendición de cuentas asociadas al modelo de Reporte Integrado adoptado en la Administración Pública Federal (APF) de Brasil. Aunque existen instrumentos orientados a la evaluación de la sostenibilidad en la educación superior, todavía son limitadas las iniciativas destinadas al análisis sistemático de la gobernanza ambiental evidenciada en los Informes de Gestión de las IFES.

Objetivo: Proponer una herramienta de evaluación de la gobernanza ambiental evidenciada en los Informes de Gestión de las IFES del estado de Ceará, correspondientes al período 2020-2024.

Método: Se trata de una investigación aplicada, cualitativa y exploratoria, desarrollada mediante el análisis documental de los Informes de Gestión de las IFES cearenses y una revisión de la literatura sobre gobernanza ambiental, sostenibilidad institucional, Reporte Integrado y métodos de evaluación.

Resultados: Los resultados evidenciaron un predominio de informes descriptivos y fragmentados, con una utilización limitada de metas, indicadores y mecanismos de seguimiento. Las categorías reportadas con mayor frecuencia fueron la eficiencia energética y la gestión de residuos, mientras que los temas relacionados con la mitigación de emisiones de gases de efecto invernadero, la biodiversidad y el uso sostenible del suelo presentaron una menor divulgación. La herramienta permitió comparar el desempeño de las instituciones e identificar diferentes niveles de desarrollo de las prácticas reportadas.

Conclusiones: El estudio contribuye al fortalecimiento de la transparencia, la rendición de cuentas y la sostenibilidad institucional en las IFES, al ofrecer un instrumento capaz de sistematizar el análisis de la información ambiental reportada en los Informes de Gestión y de apoyar procesos de evaluación comparativa y toma de decisiones.

Palabras clave: gobernanza ambiental; reporte integrado; rendición de cuentas; instituciones federales de educación superior; sostenibilidad institucional.

Como citar este artigo:

Silva, L. L., Lima, E. F., Lima, S. H. O., Lima, A. O., & Morais, H. A. R. (2026). Ferramenta de avaliação da governança ambiental reportada: Um estudo nas Instituições Federais de Ensino Superior do Ceará. *Contextus – Revista Contemporânea de Economia e Gestão*, 24, e96605. <https://doi.org/10.36517/contextus.2026.96605>

1 INTRODUÇÃO

A governança tem se difundido como um modelo de gestão na Administração Pública brasileira (Martins et al., 2022) e vem se consolidando como um tema relevante para a criação de valor público no âmbito federal (Girardi & Torres, 2024). Nesse contexto, a governança ambiental assume papel de destaque nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), que, na condição de Unidades Prestadoras de Contas (UPC), devem apresentar anualmente suas práticas de sustentabilidade por meio de seus Relatórios de Gestão, seguindo orientações do Tribunal de Contas da União (TCU) (TCU, 2020, 2022).

A literatura recente tem destacado que a governança ambiental em Instituições de Ensino Superior (IES) constitui uma dimensão da governança institucional voltada à incorporação da sustentabilidade nos processos de planejamento, monitoramento, tomada de decisão e prestação de contas (Jimu & Rennkamp, 2023; Moraes & Vieira, 2022). Nesse contexto, as universidades são reconhecidas como atores estratégicos para a geração de valor social, ambiental e econômico (Moraes & Vieira, 2022), embora a integração da sustentabilidade aos processos formais de governança, planejamento e avaliação institucional ainda ocorra de maneira desigual e fragmentada em muitas instituições (Jimu & Rennkamp, 2023).

No contexto das IFES cearenses (Universidade Federal do Ceará - UFC; Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - Unilab; Universidade Federal do Cariri - UFCA; e Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará - IFCE), observa-se, a partir da leitura exploratória dos Relatórios de Gestão referentes ao período de 2020 a 2024, a predominância de relatos descritivos e, por vezes, fragmentados sobre as práticas de governança ambiental. Uma possível explicação para essa fragmentação pode estar relacionada ao próprio ciclo de prestação de contas vigente.

Embora exista um arcabouço normativo robusto, a exemplo das diretrizes do TCU baseadas no modelo de Relato Integrado, e sejam encontrados na literatura modelos voltados à avaliação da sustentabilidade em IES, permanecem limitadas as iniciativas direcionadas à construção de instrumentos capazes de operacionalizar, de forma objetiva e comparável, a avaliação da governança ambiental evidenciada nos Relatórios de Gestão das IFES brasileiras, especialmente considerando as especificidades do modelo de prestação de contas adotado na Administração Pública Federal (APF) brasileira.

Além disso, estudos recentes têm concentrado suas análises na qualidade das informações divulgadas, na aderência aos princípios do Relato Integrado ou na avaliação de indicadores específicos de sustentabilidade (Fonseca et al., 2024; Maria et al., 2021; Ribeiro et al., 2024). Entretanto, ainda são escassas as pesquisas voltadas à construção de ferramentas que permitam analisar de forma sistemática a governança ambiental reportada pelas instituições públicas de ensino superior, especialmente sob a perspectiva da materialidade e da prestação de contas no contexto brasileiro.

Diante desse cenário, emerge a seguinte questão de pesquisa: quais critérios objetivos podem ser propostos para subsidiar a avaliação da governança ambiental evidenciada nos Relatórios de Gestão das IFES cearenses referentes ao período de 2020 a 2024?

Este estudo visa propor uma ferramenta que sirva como subsídio para a avaliação da governança ambiental evidenciada nos Relatórios de Gestão das IFES cearenses. Para o alcance desse objetivo, buscou-se: (i) mapear as práticas de governança ambiental descritas nos Relatórios de Gestão de cada IFES; (ii) estabelecer uma escala avaliativa com descritores objetivos; e (iii) aplicar a ferramenta desenvolvida para analisar a governança ambiental evidenciada nos relatórios das instituições investigadas.

A pesquisa justifica-se pela necessidade de viabilizar uma avaliação mais objetiva e comparativa, de modo a auxiliar os gestores públicos nos processos de prestação de contas e a fortalecer a transparência e a *accountability* no setor público. Além de contribuir para o aprimoramento dos mecanismos de prestação de contas, o estudo oferece uma ferramenta com potencial de replicabilidade em outras organizações públicas, ampliando as possibilidades de análise comparativa da governança ambiental reportada institucionalmente. A seleção das IFES cearenses decorre do contexto diversificado em que essas instituições estão inseridas, representando diferentes realidades do ensino superior federal brasileiro.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Este referencial teórico aborda os principais conceitos que fundamentam a pesquisa. Inicialmente, discute-se a relação entre governança pública, *accountability* e governança ambiental. Em seguida, são apresentados os fundamentos do Relato Integrado, com destaque para os conceitos de materialidade e criação de valor. Por fim, são examinados os desafios da sustentabilidade institucional e da governança ambiental nas IES, que subsidiam a construção da ferramenta de avaliação proposta.

2.1 Governança pública, *accountability* e governança ambiental

No contexto da APF brasileira, a política de governança pública foi institucionalizada pelo Decreto nº 9.203, de 22 de novembro de 2017, que estabelece princípios como integridade, confiabilidade, transparência, prestação de contas e responsabilização, entre outros (Brasil, 2017). Um conceito que emerge dessa discussão, a *accountability*, representa a necessidade de garantir transparência nas ações e assumir responsabilidade pelos resultados alcançados, e não apenas a obrigação de prestar contas (Buta et al., 2018; IIRC, 2021).

A governança ambiental, por sua vez, refere-se aos processos e instituições pelos quais múltiplos atores sociais, para além do Estado, tomam decisões sobre questões ambientais, visando à integridade do planeta (Adams et al., 2020; Jacobi & Sinisgalli, 2012). O tema torna-se um desafio na APF brasileira, especialmente porque, além de ser responsável por formular e fiscalizar as políticas ambientais no país, ela também é chamada a apresentar seus resultados de forma integrada no âmbito de suas instituições. A Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P), promovida pelo Ministério do Meio Ambiente, e o Plano Diretor de Logística Sustentável (PLS) são exemplos de iniciativas que têm fomentado o tema da sustentabilidade ambiental no setor público.

No contexto das IES, a governança ambiental vem ganhando destaque nos últimos anos em razão do papel dessas instituições na promoção do desenvolvimento sustentável. Contudo, a incorporação da sustentabilidade às estruturas formais de governança ainda representa um desafio para muitas organizações de ensino superior (Jimu & Rennkamp, 2023; Moraes & Vieira, 2022).

2.2 Relato Integrado, materialidade e criação de valor

O TCU, enquanto órgão de controle externo, é responsável por consolidar as práticas de governança na APF brasileira, fiscalizando a gestão e estabelecendo normativos que orientam a prestação de contas (Brasil, 1988, 1992; TCU, 2022). Entre os instrumentos utilizados, destaca-se o Relatório de Gestão, documento obrigatório para as UPC, que visa não apenas explicar onde o dinheiro público foi gasto, mas justificar como os investimentos se traduziram em valor para a sociedade (TCU, 2018, 2020).

Nos últimos anos, o modelo de Relato Integrado, criado pelo *International Integrated Reporting Council* (IIRC) e atualmente sob a responsabilidade da *IFRS Foundation*, passou a ser adotado como referência para a elaboração dos Relatórios de Gestão no setor público brasileiro (IIRC, 2021; TCU, 2022). A Instrução Normativa TCU nº 84/2020 tornou obrigatória a utilização desse modelo pelas UPC (TCU, 2020), fortalecendo mecanismos de transparência e *accountability*. O Relato Integrado busca demonstrar, de forma conectada, como as organizações utilizam diferentes capitais (financeiro, humano, intelectual, social e natural) para gerar valor ao longo do tempo, contemplando informações financeiras e não financeiras e enfatizando os temas materiais para a tomada de decisão (IIRC, 2021; Maria et al., 2021; Moraes & Vieira, 2022). Nesse contexto, o modelo ultrapassa a simples divulgação de resultados financeiros, ao buscar evidenciar os impactos sociais, ambientais e econômicos decorrentes das atividades institucionais (Fonseca et al., 2024; Moraes & Vieira, 2022).

Nessa perspectiva, a geração de valor resulta da interação entre diferentes capitais e deve considerar impactos produzidos para a organização, para as partes interessadas e para o meio ambiente ao longo do tempo. Assim, a evidenciação de informações relacionadas ao capital natural e aos impactos ambientais torna-se elemento relevante para compreender a capacidade institucional de gerar valor de forma sustentável e transparente (Marçal et al., 2022).

Nesse contexto, o princípio da materialidade consiste na identificação e priorização de temas relevantes, considerando tanto o impacto da organização sobre o mundo quanto o impacto do mundo sobre a organização (dupla materialidade), promovendo uma comunicação consistente e transparente (ABNT, 2022; TCU, 2022). Ressalta-se, contudo, que o instrumento do relatório integrado não deve ser algo meramente retórico ou delegado eventualmente ao setor de marketing organizacional. Ele deve refletir, de forma efetiva, a adoção de práticas de governança, pensamento integrado, gestão de riscos, avaliação integrada e vigilância cuidadosa do futuro (Eck & Nel, 2015).

Além da materialidade, o Relato Integrado está fundamentado no conceito de pensamento integrado, entendido como a capacidade organizacional de compreender as interdependências entre diferentes áreas, processos e capitais envolvidos na criação de valor. Sob essa perspectiva, a elaboração do relatório deve refletir práticas efetivamente incorporadas à governança institucional, evitando que a divulgação de informações ambientais se restrinja a iniciativas isoladas ou meramente simbólicas. A literatura aponta que a ausência desse pensamento integrado tende a produzir relatórios predominantemente descritivos, com baixa articulação entre estratégia, riscos, desempenho e sustentabilidade (Maria et al., 2021).

A Prática Recomendada ABNT PR 2030 apresenta conceitos, diretrizes e um modelo de avaliação sobre ESG (Ambiental, Social e Governança). Com base nela, os indicadores de sustentabilidade ambiental devem evidenciar o desenvolvimento das práticas da organização em conformidade com sua política, objetivos e metas, visando à melhoria contínua e considerando as expectativas das partes interessadas (ABNT, 2022).

No contexto das IES, estudos recentes têm demonstrado um avanço gradual na adoção do Relato Integrado como instrumento de prestação de contas e transparência. Pesquisas realizadas com universidades federais brasileiras indicam

que a utilização desse modelo tem contribuído para ampliar a divulgação de informações relacionadas à governança, estratégia e desempenho institucional. Contudo, persistem desafios relacionados à efetiva incorporação do pensamento integrado e à qualidade das informações evidenciadas, especialmente quanto à conexão entre ações desenvolvidas, indicadores de desempenho e geração de valor público (Ribeiro et al., 2024). Esses resultados sugerem que a adoção formal do Relato Integrado não garante, por si só, a consolidação de práticas de governança capazes de promover uma visão integrada da sustentabilidade institucional.

2.3 Governança ambiental e sustentabilidade institucional nas IES

As IES desempenham papel estratégico na promoção do desenvolvimento sustentável, não apenas por meio da produção de conhecimento científico, mas também pela capacidade de influenciar comportamentos, práticas organizacionais e políticas públicas. Nesse contexto, as universidades são frequentemente compreendidas como espaços privilegiados para a implementação e difusão de iniciativas voltadas à sustentabilidade ambiental, atuando simultaneamente como agentes formadores, organizações públicas e ambientes de experimentação de soluções inovadoras (Jimu & Rennkamp, 2023; Moraes & Vieira, 2022).

Apesar desse potencial, a incorporação da sustentabilidade às rotinas institucionais permanece um desafio para muitas organizações de ensino superior. Estudos apontam que ações ambientais frequentemente se desenvolvem de forma fragmentada, concentradas em setores específicos ou iniciativas isoladas, sem articulação efetiva com os processos de governança, planejamento estratégico e gestão institucional. Essa fragmentação dificulta a consolidação de políticas ambientais permanentes e reduz a capacidade de monitoramento dos resultados alcançados, comprometendo a integração da sustentabilidade aos processos decisórios e à gestão institucional (Jimu & Rennkamp, 2023).

Além dos desafios relacionados à integração da sustentabilidade aos processos institucionais, estudos recentes têm destacado que temas ambientais de elevada materialidade, como mudanças climáticas, emissões de gases de efeito estufa e conservação da biodiversidade, ainda recebem atenção desigual nos mecanismos de gestão e divulgação adotados por diferentes organizações. Essa situação pode comprometer a compreensão dos impactos institucionais sobre o capital natural e limitar a capacidade de prestação de contas em relação a questões ambientais estratégicas (Hassan et al., 2025).

Nesse cenário, a literatura tem destacado a importância da governança para a sustentabilidade como mecanismo capaz de integrar objetivos ambientais às estruturas formais de decisão das instituições. Sob essa perspectiva, a sustentabilidade deixa de ser compreendida apenas como um conjunto de projetos ou ações pontuais e passa a constituir elemento transversal da gestão organizacional, influenciando processos de planejamento, execução, monitoramento e prestação de contas. A efetividade dessa integração depende da existência de mecanismos institucionais capazes de coordenar diferentes atores, estabelecer prioridades, acompanhar indicadores e promover a transparência das ações desenvolvidas (Jimu & Rennkamp, 2023; Moraes & Vieira, 2022).

A transparência dessas iniciativas assume relevância particular no contexto das instituições públicas, que devem demonstrar à sociedade como os recursos públicos são empregados na geração de valor ambiental, social e econômico. Nesse sentido, instrumentos de prestação de contas, como os Relatórios de Gestão elaborados sob a perspectiva do Relato Integrado, tornam-se importantes mecanismos para evidenciar a incorporação da sustentabilidade às práticas institucionais e fortalecer a *accountability* organizacional (Maria et al., 2021; Moraes & Vieira, 2022; Ribeiro et al., 2024).

A análise dessas informações permite compreender não apenas a existência de ações ambientais, mas também o grau de integração dessas iniciativas às estruturas de governança e aos objetivos estratégicos das organizações. Estudos recentes evidenciam que a qualidade das informações divulgadas influencia diretamente a capacidade dos diferentes *stakeholders* compreenderem como as instituições transformam recursos públicos em valor social, ambiental e acadêmico (Fonseca et al., 2024; Ribeiro et al., 2024).

Nesse contexto, mecanismos capazes de avaliar de forma sistemática as informações ambientais reportadas pelas instituições tornam-se relevantes para o fortalecimento da *accountability* e da governança para a sustentabilidade, contribuindo para aproximar o planejamento institucional dos resultados efetivamente evidenciados nos processos de prestação de contas. Embora a literatura reconheça a importância da transparência e da divulgação de informações sobre sustentabilidade nas IES, ainda são limitadas as abordagens voltadas à construção de instrumentos que permitam avaliar, de forma objetiva e comparável, a governança ambiental evidenciada nos Relatórios de Gestão. Essa lacuna reforça a relevância de propostas metodológicas que auxiliem na sistematização e análise dessas informações no contexto das instituições públicas de ensino superior.

3 METODOLOGIA

Esta pesquisa caracteriza-se como aplicada, pois visa gerar conhecimento de uso prático na gestão universitária, propondo critérios objetivos como subsídio para a avaliação da governança ambiental nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) do Ceará. Trata-se, portanto, de uma investigação de abordagem qualitativa, pois realiza uma trajetória

analítica e sistemática dos Relatórios de Gestão dessas instituições, com o objetivo de propor critérios de avaliação organizados em escala, fundamentados em normativas, literatura e práticas observadas nos próprios relatórios (Minayo, 2012).

O estudo configura-se como uma pesquisa descritiva e exploratória: descritiva, por mapear as práticas de governança ambiental existentes nos Relatórios de Gestão; e exploratória, por buscar compreender de forma mais aprofundada a governança ambiental reportada nessas instituições, além de propor uma sistematização objetiva para a avaliação das informações levantadas. Adota-se o método de análise documental, utilizando os Relatórios de Gestão (2020-2024) como principal fonte de dados, complementado por revisão bibliográfica para fundamentação teórica e construção dos critérios de avaliação.

Foi realizada uma revisão de literatura com o objetivo de reunir bases teóricas sobre governança ambiental, sustentabilidade institucional e métodos de avaliação, abrangendo normas, legislações, artigos científicos, teses, dissertações, modelos e guias de elaboração de Relatos Integrados. Paralelamente, foram identificadas as IFES do Ceará e, por meio dos sítios eletrônicos de cada instituição, na seção “Transparência e Prestação de Contas”, procedeu-se ao download dos Relatórios de Gestão referentes ao período de 2020 a 2024. A partir desses documentos, realizou-se, inicialmente, uma leitura exploratória abrangente, visando identificar seções sobre sustentabilidade ambiental, bem como outros aspectos relacionados à temática ao longo dos relatórios.

Com base nos princípios do Relato Integrado e em referenciais normativos relacionados à sustentabilidade e à governança ambiental na Administração Pública, foram estabelecidas categorias preliminares para o enquadramento inicial das práticas de governança ambiental identificadas nos Relatórios de Gestão. A definição dessas categorias não ocorreu de forma arbitrária, mas resultou da articulação entre os conceitos de materialidade e criação de valor presentes no modelo de Relato Integrado e temas ambientais recorrentes em normativos e instrumentos voltados à sustentabilidade institucional.

Inicialmente, foram identificadas dezesseis categorias analíticas relacionadas à gestão ambiental, abrangendo ações de educação ambiental (conscientização); sustentabilidade nas contratações e aquisições; mitigação de emissões de gases de efeito estufa (GEE) e mudanças climáticas; eficiência energética; uso da água; gestão de efluentes; conservação e uso sustentável da biodiversidade; uso sustentável do solo; economia circular e gestão de resíduos; gestão ambiental e emissão de poluentes; uso adequado de produtos perigosos; compliance ambiental; engajamento das partes interessadas; parcerias realizadas em prol da sustentabilidade ambiental; controle interno e auditorias (interna e externa); elaboração e acompanhamento de índices de sustentabilidade ambiental; e planos, programas e estratégias relacionados à sustentabilidade.

Posteriormente, essas categorias foram analisadas à luz da literatura sobre sustentabilidade em IES, governança ambiental e Relato Integrado, buscando verificar sua aderência aos temas de maior materialidade ambiental e às práticas efetivamente reportadas pelas instituições analisadas. Esse procedimento permitiu refinar o conjunto inicial de categorias e consolidar uma estrutura analítica voltada à avaliação da governança ambiental evidenciada nos Relatórios de Gestão das IFES, considerando aspectos relacionados aos impactos sobre o capital natural, à geração de valor público e ao grau de institucionalização das práticas de sustentabilidade.

Como referência complementar, foram considerados os temas ambientais previstos nos *GRI Standards*, identificados por códigos específicos (por exemplo, GRI 302 - Energia; GRI 303 - Água e Efluentes; GRI 304 - Biodiversidade; GRI 305 - Emissões; e GRI 306 - Resíduos). A convergência desses temas com os princípios de materialidade do Relato Integrado contribuiu para fundamentar a permanência das categorias consolidadas na estrutura analítica utilizada.

As categorias consolidadas e seus respectivos referenciais de sustentação são apresentadas na Tabela 1. Ressalta-se que esses referenciais não constituem a origem exclusiva das categorias, mas representam os principais elementos conceituais, normativos e teóricos utilizados para justificar sua permanência na estrutura analítica adotada neste estudo. Em seguida, realizou-se uma leitura analítica dos Relatórios de Gestão para identificar e classificar as práticas de governança ambiental reportadas pelas instituições, relacionando-as às categorias previamente definidas para fins de mapeamento e posterior avaliação.

Tabela 1

Categorias de avaliação da governança ambiental reportada

Categoria	Descrição	Referencial de sustentação
Logística sustentável	Inserção de critérios socioambientais em compras, contratos e aquisições	ABNT (2022); Compras públicas sustentáveis; GRI 204 e GRI 308; TCU (2022)
Mitigação de emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE)	Inventários de emissões e ações de enfrentamento às mudanças climáticas	ABNT (2022); Adaptação às mudanças climáticas; GRI 305
Eficiência energética	Ações de redução do consumo energético e adoção de fontes renováveis	ABNT (2022); GRI 302; TCU (2022)
Gestão das águas e de efluentes	Uso racional da água, reuso e tratamento de efluentes	ABNT (2022); GRI 303; TCU (2022)

Conservação e uso sustentável da biodiversidade e do solo	Conservação de ecossistemas, áreas verdes e recursos naturais	ABNT (2022); GRI 304; TCU (2022)
Gestão de resíduos e emissão de poluentes	Economia circular, reciclagem e destinação ambientalmente adequada	ABNT (2022); Economia circular; GRI 306; TCU (2022)
Gestão de produtos perigosos	Controle de substâncias químicas e resíduos laboratoriais	ABNT (2022); Gestão ambiental preventiva; GRI 306; GRI 307
Educação ambiental e conscientização	Capacitação e sensibilização da comunidade acadêmica	ABNT (2022); GRI 404

Fonte: Referencial teórico e GRI (2021).

Na sequência, foi elaborada uma escala gradual de 0 a 10 com o objetivo de estruturar um instrumento de avaliação da governança ambiental nas IFES analisadas, com base em seus Relatórios de Gestão, considerando critérios como a existência de ações, a definição de métricas e a estipulação de metas. Para verificar a aplicabilidade dessa proposta, realizou-se um teste preliminar com um conjunto de ações previamente mapeadas e categorizadas. No entanto, diante da recorrente fragmentação e da falta de padronização das informações apresentadas nos relatórios institucionais, o que dificultou o enquadramento de algumas práticas na escala inicialmente concebida, identificou-se a necessidade de ajustes no instrumento de avaliação. Visando preservar a objetividade do instrumento, optou-se por uma racionalização do modelo de avaliação, com a redução do número de níveis da escala e a diferenciação dos critérios de acordo com as especificidades das ações analisadas. As Tabelas 2 e 3 apresentam a versão final dos critérios de avaliação adotados.

Tabela 2

Critérios de avaliação “Geral”

Escala de Avaliação	Descrição
0 = Inexistente	Não há menção ou evidência da prática nos relatórios.
1 = Mencionado, sem execução	A prática é mencionada, mas não há indicação de sua execução (Ex.: “Pretende realizar...”, “Foi licitado...”, “Feito parceria para realizar...”, “Será realizado...”).
2 = Executado, sem métricas	A prática foi executada, mas não há dados quantitativos ou métricas de desempenho (Ex.: “Foi executado...”, “Foi implementado...”, “Foi realizado...”, “Realizado parceria com... para...”).
3 = Executado, sem metas atingidas	A prática foi executada com métricas ou resultados, mas não há clareza sobre metas ou o grau de atingimento (Ex.: “Foi implementado X unidades...”, “Executado Y itens...”, “Realizado X%...”).
4 = Executado, com metas atingidas	A prática foi executada com metas definidas e atingidas. A descrição deve indicar que o resultado obtido foi igual ou superior ao que se planejou. (Ex.: “Atingiu-se X% conforme o planejado...”, “Cumpriram-se os objetivos” / “O resultado adquirido foi superior ao esperado...”).

Fonte: elaboração própria.

Tabela 3

Critérios de avaliação “Planos, políticas e projetos institucionais”

Escala de Avaliação	Descrição
0 = Inexistente	Não há menção ou referência à existência de qualquer plano, política ou projeto institucional relacionado.
1 = Em elaboração	A instituição iniciou o desenvolvimento do plano, política ou projeto, mas não finalizou (Ex.: “Em fase de construção...”, “Documento em desenvolvimento...”, “Redação em andamento...”).
2 = Aprovado / publicado	O plano, política ou projeto foi elaborado, mas ainda não foi executado (Ex.: “Documento final protocolado...”, “Aprovado em instância superior...”, “Publicado no portal institucional...”).
3 = Em execução	Proposta em andamento, com ações já implementadas, mas ainda sem apresentação de resultados (Ex.: “Iniciado o processo de execução...”, “Ações em curso...”).
4 = Em execução com apresentação de resultados	A proposta está sendo executada e já apresenta resultados mensurados ou avaliados (Ex.: “Relatórios de acompanhamento...”, “Atingidos X% dos objetivos...”, “Impacto observado...”).

Fonte: elaboração própria.

A nova configuração do instrumento resultou em uma escala geral de atribuição de notas com cinco níveis, variando da inexistência de ações (nota 0) até a execução com metas definidas (nota 4), conforme apresentado na Tabela 2. Além disso, identificou-se a necessidade de elaborar descritores específicos para o enquadramento de ações relativas a “planos, políticas e projetos institucionais” (Tabela 3), mantendo a coerência com os critérios estabelecidos para as ações de caráter “geral”, a fim de assegurar a uniformização do processo de avaliação.

Destacam-se, nessa dimensão, ações desenvolvidas pela instituição de forma individual ou em parceria com outras entidades, representando tanto o cumprimento de normas e legislações quanto a demonstração de maturidade em relação a aspectos ambientais. De modo geral, as descrições atribuídas a cada nível foram formuladas com base nas evidências encontradas nos relatórios, considerando termos que indicam intenção, execução parcial ou total das ações, bem como a presença de métricas e/ou a definição de metas. Por fim, cabe ressaltar que todos os passos referentes à aplicação da ferramenta analítica neste estudo foram registrados em planilha eletrônica elaborada para tal fim.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Este estudo teve como foco as IFES localizadas no estado do Ceará. A UFC, sediada no município de Fortaleza/CE, foi criada em 1954 e estende sua atuação por todo o território cearense, com oito campi localizados em seis municípios,

sendo uma das instituições mais importantes do país. A Unilab, com sede em Redenção/CE, foi criada em 2010 e tem como missão institucional contribuir com a integração entre o Brasil e os demais países membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), especialmente os países africanos. Além disso, possui o Campus dos Malês, no estado da Bahia. Já o IFCE, sediado em Fortaleza/CE, recebeu essa designação em 2008, mediante a integração do Centro Federal de Educação Tecnológica do Ceará (Cefet/CE) com escolas agrotécnicas federais presentes no interior do estado, vinculadas ao Ministério da Educação. Considerando todo o seu histórico, essa instituição possui 114 anos de existência e está atualmente presente em 35 municípios cearenses. Por fim, a UFCA, criada em 2013, tem sua sede no município de Juazeiro do Norte/CE. Antes da sua lei de criação, integrava a estrutura da UFC, que, em 2001, implantou o curso de Medicina na região sul do Ceará. Atualmente, conta com cinco campi, distribuídos da seguinte forma: quatro situados na região do Cariri - uma das áreas de maior relevância econômica do estado - e um na região Centro-Sul do Ceará.

4.1 Mapeamento das práticas de governança ambiental nas IFES cearenses

Como resultado da primeira etapa de análise, o mapeamento das práticas de governança ambiental descritas nos Relatórios de Gestão das IFES foi realizado por meio da identificação e categorização de ações relacionadas às diretrizes previamente estabelecidas na metodologia. O direcionamento das ações às categorias foi feito a partir de uma leitura analítica dos relatórios, buscando-se termos ou descrições de práticas alinhadas às categorias definidas. Por exemplo, menções como “instalação de painéis solares” ou “troca de lâmpadas convencionais por LED” foram categorizadas como “Eficiência energética”, enquanto a “realização de capacitação de servidores sobre sustentabilidade ambiental” foi enquadrada na categoria “Ações de educação ambiental (conscientização)”.

Ao longo da análise documental, verificou-se que algumas das categorias preliminarmente definidas apresentavam sobreposição conceitual ou baixa incidência nos Relatórios de Gestão examinados. Esse resultado corroborou a necessidade de consolidação temática já prevista no processo de refinamento da estrutura analítica, permitindo maior aderência às práticas efetivamente reportadas pelas instituições analisadas.

Como resultado, as dezesseis categorias preliminares foram consolidadas em oito categorias finais (conforme Tabela 1): Logística sustentável; Mitigação de emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE); Eficiência energética; Gestão das águas e de efluentes; Conservação e uso sustentável da biodiversidade e do solo; Gestão de resíduos e emissão de poluentes; Gestão de produtos perigosos; e Educação ambiental e conscientização. Essa consolidação buscou preservar a aderência aos princípios da materialidade e da criação de valor presentes no modelo de Relato Integrado, bem como aos referenciais de governança ambiental e sustentabilidade institucional adotados na pesquisa.

É importante ressaltar que, em alguns casos, a categorização das ações apresentou desafios, em razão da natureza integrada de determinadas iniciativas de sustentabilidade. Por exemplo, uma prática relacionada ao tratamento da água poderia ser enquadrada tanto em “uso da água” como em “gestão de efluentes”, conforme as categorias preliminares. Outro destaque cabe às ações de caráter transversal, como a implementação de um “Índice de sustentabilidade ambiental” no IFCE, que representa uma iniciativa de mensuração de outras categorias de sustentabilidade ambiental. Diante desse cenário, optou-se por enquadrar essas práticas nas categorias em que melhor se adequassem, buscando manter a coerência com a iniciativa institucional. Além disso, buscou-se simplificar os trechos dos relatórios referentes às ações identificadas, preservando a unidade de sentido das informações prestadas e a natureza das práticas descritas, com o objetivo de contribuir para as etapas de enquadramento e de avaliação das IFES.

Em termos de frequência das ações mapeadas, observou-se uma maior incidência de ações nas categorias de “Gestão de resíduos e emissão de poluentes”; “Eficiência energética” e “Educação ambiental e conscientização”, indicando priorização institucional desses quesitos. Em contraste, categorias como “Mitigação de emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE)” e “Conservação e uso sustentável da biodiversidade e do solo” apresentaram baixa representatividade nos relatórios.

A seguir, apresenta-se a quantidade total das ações mapeadas nos Relatórios de Gestão das IFES cearenses, por categoria definitiva, em ordem decrescente: Gestão de resíduos e emissão de poluentes (60); Eficiência energética (38); Educação ambiental e conscientização (38); Logística Sustentável (23); Gestão das águas e de efluentes (19); Gestão de produtos perigosos (17); Conservação e uso sustentável da biodiversidade e do solo (16); Mitigação de emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE) (14).

4.2 Avaliação da governança ambiental nas IFES cearenses

Como forma de verificar a aplicabilidade da ferramenta, realizou-se a avaliação de cada ação mapeada, com a atribuição de notas de 0 a 4, conforme os critérios estabelecidos na escala proposta. Para a consolidação dos escores em cada categoria, foi calculada a média aritmética simples das pontuações atribuídas às ações mapeadas. Optou-se por esse procedimento em razão do caráter exploratório do instrumento e da ausência de evidências teóricas ou empíricas que justificassem pesos diferenciados entre as categorias analisadas, evitando atribuições arbitrárias de relevância e permitindo uma avaliação focada na qualidade do relato, e não apenas na quantidade de práticas evidenciadas. Em

seguida, somaram-se as pontuações das categorias relativas a cada IFES, por ano, permitindo a obtenção de um percentual com base no total de pontos possíveis (0 a 32), conforme apresentado na Tabela 5.

Inspirando-se na escala de “Estágios de maturidade dos critérios ESG” presente na Prática Recomendada ABNT PR 2030 (ABNT, 2022) e, de modo a sugerir uma leitura interpretativa dos percentuais médios obtidos pelas instituições avaliadas, elaboraram-se estágios de desempenho da governança ambiental, alinhados à lógica da escala utilizada na avaliação individual das ações (variando de 0 a 4). Essa escala interpretativa permite classificar a pontuação final de cada IFES em estágios que representam o nível de institucionalização das práticas de governança ambiental. Dessa forma, a proposta viabiliza a tradução dos escores obtidos em um diagnóstico mais qualitativo, facilitando a compreensão sobre o grau de amadurecimento das iniciativas ambientais no contexto institucional. A Tabela 4 apresenta os estágios de desempenho sugeridos e seus respectivos intervalos de pontuação.

Tabela 4

Estágios de desempenho da governança ambiental nas IFES analisadas

Pontuação total (0 a 32)	Percentual (%)	Estágio / Descrição
De 0 a 8	Até 25%	Inicial – varia da ausência de ações até a indicação de intenções ou menções vagas ou em desenvolvimento. Baixa institucionalização.
De 9 a 16	De 26% até 50%	Básico – varia da intenção ou em desenvolvimento até a identificação de ações sem métricas ou em elaboração sem execução. Articulação institucional.
De 17 a 24	De 51% até 75%	Intermediário – varia da identificação de ações sem métricas ou em elaboração sem execução até práticas executadas com métricas ou em execução sem resultados. Amadurecimento institucional.
De 25 a 32	De 76% até 100%	Adequado – varia da execução com métricas apresentadas até a apresentação da definição de metas ou resultados (planos). <i>Accountability</i> .

Fonte: elaboração própria.

Em uma comparação relativa entre as IFES, observa-se, na Tabela 5, que a UFCA apresentou o melhor desempenho médio (46,88%), com destaque para os anos de 2020 e 2024. O resultado de 2020, em particular, pode estar associado à execução de iniciativas relevantes, como a adesão, implementação e monitoramento da Agenda Ambiental de Administração Pública (A3P), além do acompanhamento do Plano de Logística Sustentável (PLS). Por sua vez, a Unilab obteve o menor percentual médio (32,38%), com desempenho reduzido no ano de 2020, período em que registrou pontuação em apenas três categorias.

Tabela 5

Avaliação geral de cada IFES no período de 2020 a 2024

Avaliação Geral (2020 – 2024)	Unilab	UFC	UFCA	IFCE
2020	8,5 (26,56%)	15,87 (49,59%)	19,5 (60,94%)	15,43 (48,22%)
2021	9 (28,13%)	15,95 (49,84%)	17,5 (54,69%)	13,5 (42,19%)
2022	10,5 (32,81%)	12,5 (39,06%)	4,67 (14,59%)	9,5 (29,69%)
2023	13,33 (41,66%)	13,11 (40,97%)	14,67 (45,84%)	6,67 (20,84%)
2024	10,5 (32,81%)	12,37 (38,66%)	18,67 (58,34%)	11,17 (34,91%)
Total	10,36 (32,38%)	13,96 (43,63%)	15 (46,88%)	11,25 (35,16%)
Estágio de desempenho sugerido	Básico	Básico	Básico	Básico

Fonte: elaboração própria.

De modo geral, observou-se que as maiores pontuações foram registradas em “Eficiência energética” e “Gestão de resíduos e emissão de poluentes”, indicando maior priorização institucional dessas áreas, possivelmente associada a ganhos operacionais mais imediatos e mensuráveis. Em contraste, categorias como “Gestão de produtos perigosos” e “Conservação e uso sustentável da biodiversidade e do solo” apresentaram, de forma recorrente, pontuações reduzidas.

A análise temporal individual revelou diferentes padrões entre as IFES analisadas (Tabela 1). A Unilab apresentou um crescimento percentual até 2023, seguido de queda em 2024, ano em que não foram registradas ações em diversas categorias, como “Mitigação de emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE)”; “Conservação e uso sustentável da biodiversidade e do solo”; “Gestão de produtos perigosos” e “Educação ambiental e conscientização”.

A UFCA e o IFCE registraram quedas significativas em 2022 e 2023, respectivamente, retomando o crescimento nos anos seguintes. A UFC, por sua vez, apresentou a menor variação ao longo da série, o que pode indicar que a instituição busca manter uma base estável mínima de ações ambientais. Contudo, a ausência de uma melhoria significativa na qualidade das informações prestadas sugere uma possível adaptação institucional às orientações do TCU para elaboração dos Relatórios de Gestão com base no modelo de Relato Integrado.

De forma geral, os resultados evidenciam o desafio de atingir os níveis mais elevados da ferramenta de avaliação, devido à ausência de metas definidas, tornando frágil a apresentação das informações nos Relatórios de Gestão. Essa ausência sugere uma dissonância entre o planejamento e a execução com base em resultados mensuráveis, indicando uma falha na articulação da governança ambiental.

Por fim, a ferramenta de avaliação proposta neste estudo demonstrou-se satisfatória ao entregar um instrumento objetivo e quantificável para análise da governança ambiental nas IFES cearenses, com base em seus Relatórios de Gestão. Ao adotar uma escala gradual, com critérios claros para avaliação das ações ambientais, a ferramenta possibilitou

uma análise mais aprofundada da prestação de contas dessas instituições. Entre os destaques da proposta, destacam-se a possibilidade de comparação relativa entre as IFES e a análise da evolução temporal de cada instituição. Além disso, o instrumento valoriza, como critério para elevados níveis de avaliação, o alinhamento das práticas relatadas aos princípios do modelo de Relato Integrado, com ênfase na apresentação de métricas, metas e resultados. Assim, conclui-se que a ferramenta tem potencial para identificar boas práticas e orientar o aprimoramento da governança ambiental nas instituições avaliadas.

4.3 Discussão dos resultados

Os resultados indicam que as IFES cearenses analisadas (UFC, Unilab, UFCA e IFCE) apresentam níveis ainda limitados de institucionalização da governança ambiental quando observadas a partir das categorias e critérios adotados nesta pesquisa. Embora tenham sido identificadas iniciativas relacionadas à sustentabilidade ambiental em todas as instituições, os Relatórios de Gestão analisados evidenciam predominância de descrições de ações e projetos, com reduzida utilização de metas, indicadores e mecanismos sistemáticos de monitoramento. Destaca-se a UFCA, que apresentou o melhor desempenho médio entre as instituições avaliadas, especialmente em virtude da adoção e acompanhamento de instrumentos formais de gestão da sustentabilidade, como a A3P e o PLS. Em geral, esses resultados sugerem que a sustentabilidade ainda se encontra predominantemente associada à execução de ações específicas, sem evidências robustas de incorporação sistemática aos processos estratégicos e decisórios das instituições.

Esse cenário converge com discussões recentes sobre os desafios da incorporação da sustentabilidade às estruturas de governança das IES. Embora a adoção do Relato Integrado tenha ampliado a visibilidade das ações ambientais e fortalecido os mecanismos de prestação de contas, a literatura aponta que a efetiva integração entre sustentabilidade, planejamento institucional e processos decisórios ainda constitui um desafio para muitas organizações (Jimu & Rennkamp, 2023; Maria et al., 2021).

Esse resultado complementa achados anteriores sobre a utilização do Relato Integrado em universidades brasileiras. Ribeiro et al. (2024) identificaram avanços na divulgação de informações institucionais e na aderência às diretrizes do modelo de relato. Entretanto, os resultados desta pesquisa sugerem que, quando observada especificamente a dimensão da governança ambiental, ainda permanecem desafios relacionados à definição de metas, indicadores e mecanismos de monitoramento capazes de demonstrar, de forma objetiva, os resultados das ações implementadas. Dessa forma, os achados indicam que avanços na qualidade geral do relato não necessariamente se traduzem em níveis mais elevados de institucionalização da governança ambiental. Nesse sentido, a fragmentação observada em parte dos relatos analisados pode indicar dificuldades na consolidação de uma abordagem integrada da sustentabilidade, especialmente no que se refere à articulação entre objetivos estratégicos, indicadores de desempenho e resultados alcançados.

A análise temporal dos resultados também revelou comportamentos distintos entre as instituições avaliadas. Enquanto a UFC apresentou variações mais discretas ao longo do período analisado, a UFCA e o IFCE registraram oscilações mais acentuadas em determinados anos, seguidas de recuperação posterior. Já a Unilab apresentou crescimento gradual até 2023, com redução em 2024. Embora os Relatórios de Gestão não permitam identificar as causas desses movimentos, tais variações podem refletir diferenças na capacidade institucional de sistematizar, monitorar e evidenciar informações ambientais ao longo do tempo, aspecto diretamente relacionado à qualidade dos processos de prestação de contas.

Outro aspecto relevante refere-se à distribuição desigual das práticas reportadas entre as diferentes categorias analisadas. Temas como eficiência energética e gestão de resíduos apresentaram maior frequência de registros e iniciativas, enquanto categorias relacionadas à mitigação de emissões de gases de efeito estufa (GEE), conservação da biodiversidade e uso sustentável do solo foram menos evidenciadas. Esse resultado pode indicar maior atenção institucional a ações cujos benefícios operacionais e econômicos são mais facilmente observáveis. Além disso, pesquisas recentes têm identificado baixos níveis de divulgação de informações relacionadas à biodiversidade e mudanças climáticas em IES, tanto no contexto nacional quanto internacional (Hassan et al., 2025).

Sob a perspectiva do Relato Integrado e do princípio da materialidade, a reduzida evidenciação de temas de elevada materialidade ambiental pode limitar a capacidade dos relatórios de demonstrar de forma abrangente os impactos positivos e negativos das organizações sobre o capital natural. Considerando que a criação de valor é compreendida como um processo que envolve diferentes capitais e múltiplas partes interessadas, a ausência de informações relacionadas a riscos ambientais, metas climáticas ou conservação da biodiversidade tende a restringir a qualidade da prestação de contas e a transparência institucional (Marçal et al., 2022; Maria et al., 2021).

Os resultados também evidenciaram que a definição de metas e indicadores permanece como um dos principais desafios para o fortalecimento da governança ambiental nas IFES analisadas. Em diversas situações, foram identificadas ações ambientais em execução, porém sem parâmetros claros que permitissem acompanhar sua evolução ou avaliar seus resultados ao longo do tempo. Tal constatação reforça a importância de mecanismos de monitoramento e avaliação para a consolidação da sustentabilidade como elemento permanente da gestão institucional. Nesse contexto, a ferramenta proposta por este estudo busca contribuir para a sistematização da análise da governança ambiental, oferecendo critérios

que possibilitem maior comparabilidade entre instituições e apoiem processos de planejamento, monitoramento e prestação de contas.

Além dos resultados obtidos para as instituições analisadas, os achados evidenciam a utilidade da ferramenta proposta como instrumento de apoio à avaliação da governança ambiental evidenciada nos Relatórios de Gestão das IFES. Diferentemente de abordagens voltadas exclusivamente à mensuração do desempenho ambiental ou à qualidade geral dos relatórios, o modelo desenvolvido busca integrar critérios relacionados à materialidade, à institucionalização das práticas e à capacidade de monitoramento dos resultados. Dessa forma, a ferramenta permite identificar não apenas a existência de iniciativas ambientais, mas também o grau em que essas iniciativas são incorporadas aos processos de gestão, planejamento e prestação de contas das instituições.

Nesse sentido, os resultados obtidos indicam que a aplicação da ferramenta possibilitou diferenciar níveis de desenvolvimento das práticas reportadas pelas instituições e identificar áreas críticas de aprimoramento, contribuindo para suprir uma lacuna identificada na literatura quanto à disponibilidade de instrumentos voltados à avaliação sistemática da governança ambiental evidenciada nos Relatórios de Gestão das IFES brasileiras.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo propôs uma ferramenta como subsídio para a avaliação da governança ambiental evidenciada nos Relatórios de Gestão das IFES do Ceará, referentes ao período de 2020 a 2024. Para isso, foram realizadas três etapas principais: o mapeamento das práticas de governança ambiental descritas nos relatórios de cada IFES; a construção de uma escala avaliativa com descritores objetivos; e a aplicação dessa ferramenta para analisar a governança ambiental evidenciada nos Relatórios de Gestão das instituições.

O mapeamento resultou na sistematização de diversas iniciativas distribuídas em categorias, revelando a predominância de relatos descritivos e pontuais, o que confirma uma tendência de fragmentação nas informações apresentadas. O desenvolvimento de uma escala de 0 a 4 permitiu classificar as práticas segundo diferentes níveis de atendimento, evidenciando a baixa presença de métricas e metas definidas. Esse resultado pode indicar limitações na institucionalização e na evidenciação das práticas de governança ambiental, especialmente no que se refere à definição de metas, indicadores e mecanismos de monitoramento.

Do ponto de vista gerencial, os resultados sugerem a necessidade de fortalecimento da sistematização e do monitoramento das práticas ambientais, especialmente em áreas de elevada materialidade ambiental. No âmbito das políticas públicas, reforçam a importância de diretrizes institucionais capazes de ampliar a transparência e a padronização da evidenciação ambiental nas IFES.

A ferramenta proposta apresenta contribuições relevantes. Em primeiro lugar, oferece aos gestores públicos suporte ao processo de tomada de decisão institucional, ao possibilitar a identificação de áreas com baixa evidenciação ou menor grau de institucionalização das práticas ambientais. Além disso, viabiliza o *benchmarking* entre IFES, promovendo a comparação do nível de evidenciação e institucionalização das práticas ambientais entre instituições com características semelhantes, o que contribui para a disseminação de boas práticas e a identificação de fragilidades comuns. Por fim, tem potencial de aprimorar a prestação de contas, ao alinhar-se às diretrizes do modelo de Relato Integrado, reforçando a transparência, a responsabilização e o foco na geração de valor público.

Os resultados complementam pesquisas anteriores sobre Relato Integrado em universidades brasileiras ao direcionar a análise para a governança ambiental, evidenciando a necessidade de mecanismos mais estruturados de monitoramento, avaliação e divulgação de resultados nessa dimensão específica da gestão institucional. Além disso, contribuem para o avanço das discussões sobre governança ambiental em IFES ao oferecer um instrumento aplicável à análise sistemática das informações ambientais reportadas nos Relatórios de Gestão.

A utilização exclusiva dos Relatórios de Gestão constitui um recorte coerente com os objetivos do estudo, por representarem o principal instrumento formal de transparência e prestação de contas das IFES. Assim, a ausência de determinada prática no relato institucional pode indicar fragilidade na *accountability*, ainda que sua existência operacional não seja descartada. Por essa razão, os resultados devem ser interpretados como uma avaliação das informações reportadas pelas instituições, não constituindo uma verificação direta da efetiva implementação das práticas ambientais descritas. Embora a análise documental envolva componente interpretativo, a adoção de descritores padronizados, o registro sistemático das evidências e a avaliação independente do enquadramento por mais de um pesquisador, seguida de consenso entre os autores, buscaram conferir maior consistência analítica. Reconhece-se, contudo, que a robustez metodológica da ferramenta pode ser ampliada por meio de avaliação por especialistas, testes de consistência, procedimentos de confiabilidade e alternativas analíticas, como a ponderação de indicadores, bem como pela incorporação de entrevistas e observações para fins comparativos.

Por fim, é importante reforçar o papel estratégico da governança ambiental, ainda frequentemente tratada de forma secundária, sobretudo no setor público - por vezes, alvo de críticas quanto à sua capacidade de criação de valor público. Ao oferecer um instrumento prático e objetivo para a análise sistemática da governança ambiental evidenciada nos

Relatórios de Gestão, esta pesquisa contribui para o fortalecimento da sustentabilidade institucional e para o aprimoramento da *accountability* nas IFES brasileiras.

REFERÊNCIAS

- Adams, C., Borges, Z., Moretto, E. M., & Futemma, C. (2020). Governança ambiental no Brasil: acelerando em direção aos objetivos de desenvolvimento sustentável ou olhando pelo retrovisor?. *Cadernos Gestão Pública e Cidadania*, 25(81). <https://doi.org/10.12660/cgpc.v25n81.81403>
- Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) (2022). *PR 2030: Ambiental, social e governança (ESG) – Conceitos, diretrizes e modelo de avaliação e direcionamento para organizações*. Rio de Janeiro: ABNT.
- Brasil (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Presidência da República.
- Brasil (1992). *Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992: Dispõe sobre a Lei Orgânica do Tribunal de Contas da União e dá outras providências*. Diário Oficial da União.
- Brasil (2017). *Decreto nº 9203, de 22 de novembro de 2017. Dispõe sobre a política de governança da administração pública federal direta, autárquica e fundacional*. Diário Oficial da União.
- Buta, B., Teixeira, M., & Schurgelies, V. (2018). *Accountability* nos atos da administração pública federal brasileira. *Revista Pretexto*, 19(4), 46-62. <https://doi.org/10.21714/pretexto.v19i4.5715>
- Eck, C. V., & Nel, C. (2015). *Reporte integrado: A ponta do iceberg. The Institute of Internal Auditors*. https://portal.tcu.gov.br/uploads/Reporte_Integrado_A_ponta_do_iceberg_min_a9703aa306.pdf
- Fonseca, M. M. L., Ribeiro, C. D. M. D. A., & Cosenza, J. P. (2024). Qualidade da informação dos relatórios de gestão integrados das universidades públicas federais. *Pensar Contábil*, 25(88).
- Girardi, J., & Torres, R. (2024). A operacionalização da política de governança na Administração Pública federal. *Revista Ciência em Evidência*, 4(2), e0230013. <https://doi.org/10.47734/rce.v4i2.2525>
- Global Reporting Initiative (GRI) (2021). *GRI Standards*. <https://www.globalreporting.org/standards/>
- Hassan, A., Adhikari Parajulim, M., Roberts, L., & Atif, S. (2025). Measuring the relationship between reporting on biodiversity actions and its determinants to achieve SDGs: Insights from UK higher education institutions (HEIs). *Meditari Accountancy Research*, 33(5–6), 1329–1367. <https://doi.org/10.1108/MEDAR-01-2024-2323>
- International Integrated Reporting Council (IIRC) (2021). *Estrutura internacional para o relato integrado*. <https://integratedreporting.ifrs.org/wp-content/uploads/2024/04/Framework-IR-Portugues-26fev.pdf>
- Jacobi, P. R., & Sinisgalli, P. A. A. (2012). Governança ambiental e economia verde. *Ciência & Saúde Coletiva*, 17(6), 1469–1478. <https://doi.org/10.1590/S1413-81232012000600011>
- Jimu, T., & Rennkamp, B. (2023). Science to practice – networked governance of sustainability transitions in an African university. *International Journal of Sustainability in Higher Education*, 25(9), 19–39. <https://doi.org/10.1108/IJSHE07-2023-0317>
- Marçal, A. S. V., Neumann, M., & Sanches, S. L. R. (2022). Relato integrado e a geração de valor: A semântica do conceito fundamental do relato integrado. *Organizações & Sociedade*, 29, 449–480. <https://doi.org/10.1590/1984-92302022v29n0021PT>
- Maria, S. C., D'Angelo, M. J., & Borgerth, V. M. da C. (2021). Lacunas de engajamento e utilização do relato integrado no Brasil. *Revista Contabilidade & Finanças*, 33, 63–80. <https://doi.org/10.1590/1808-057x202112040>
- Martins, A. P. A., Laranja, L. S., Lucio, M. L., & Grin, E. J. (2022). Sentidos e usos da governança pública na Administração Pública brasileira: Análise do discurso das diretrizes do Tribunal de Contas da União e do Decreto 9.203/2017. *XLVI Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração*, Curitiba, Brasil. <https://anpad.com.br/uploads/articles/120/approved/c20bb2d9a50d5ac1f713f8b34d9aac5a.pdf>
- Minayo, M. C. S. (2012). Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. *Ciência & Saúde Coletiva*, 17(3), 621–626. <https://doi.org/10.1590/S1413-81232012000300007>
- Moraes, M. P. & Vieira, J., Neto. (2022). A importância do Relatório Integrado nas Universidades Públicas. *Revista Práticas em Gestão Universitária*, 6(1), 4-14.
- Ribeiro, C. D. M. D. A., Moraes, M. P., Pinheiro, A. B., & Neto, J. (2024). Quality of Integrated reports: Evidence from Brazilian public universities. *Social Responsibility Journal*, 20(1), 164–179. <https://doi.org/10.1108/SRJ-09-2022-0358>
- Tribunal de Contas da União (TCU) (2018). *Decisão Normativa nº 170, de 19 de setembro de 2018: Dispõe acerca das unidades cujos dirigentes máximos devem prestar contas de suas gestões ocorridas no exercício de 2018 e dá outras providências*. Diário Oficial da União.
- Tribunal de Contas da União (TCU) (2020). *Instrução Normativa TCU nº 84, de 22 de abril de 2020: Estabelece normas para a tomada e prestação de contas dos administradores e responsáveis da administração pública federal, para fins de julgamento pelo TCU*. Diário Oficial da União.
- Tribunal de Contas da União (TCU) (2022). *Relatório de gestão: guia para elaboração na forma de relato integrado (3ª ed.)*. Tribunal de Contas da União.

CONTEXTUS

REVISTA CONTEMPORÂNEA DE ECONOMIA E GESTÃO.

ISSN 1678-2089

ISSNe 2178-9258

1. Economia, Administração e Contabilidade – Periódico
2. Universidade Federal do Ceará. FEAAC – Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade

**FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO,
ATUÁRIA E CONTABILIDADE (FEAAC)**

Av. da Universidade – 2486, Benfica

CEP 60020-180, Fortaleza-CE

DIRETORIA: Carlos Adriano Santos Gomes Gordiano
José Carlos Lázaro da Silva Filho

SUPORTE ADMINISTRATIVO E DE EDITORAÇÃO

Heloísa de Paula Pessoa Rocha (UFC)

Website: www.periodicos.ufc.br/contextus

E-mail: revistacontextus@ufc.br

CONTEXTUS
REVISTA CONTEMPORÂNEA
DE ECONOMIA E GESTÃO

UNIVERSIDADE
FEDERAL
DO CEARÁ

FACULDADE
DE ECONOMIA,
ADMINISTRAÇÃO,
ATUÁRIA
E CONTABILIDADE

EDITOR-CHEFE

Diego de Queiroz Machado (UFC)

EDITORES ASSOCIADOS

Adriana Rodrigues Silva (IPSantarém, Portugal)
Alessandra de Sá Mello da Costa (PUC-Rio, Brasil)
Allysson Alex Araújo (UFCA, Brasil)
Andrew Beheregarai Finger (UFAL, Brasil)
Armindo dos Santos de Sousa Teodósio (PUC-MG, Brasil)
Brunno Fernandes da Silva Gaião (UEPB, Brasil)
Carlos Enrique Carrasco Gutierrez (UCB, Brasil)
Carolina Redolfi (Brookes University, Inglaterra)
Cláudio Bezerra Leopoldino (UFC, Brasil)
Elionor Farah Jreige Weffort (FECAP, Brasil)
Ellen Campos Sousa (Gardner-Webb University, Estados Unidos)
Gabriel Moreira Campos (UFES, Brasil)
Georgette Andraz (UALg, Portugal)
Guilherme Jonas Costa da Silva (UFU, Brasil)
Hernan Palau (UBA, Argentina)
Iván Godoy-Flores (UTA, Chile)
Jesús Barrena Martínez (UCA, Espanha)
Jorge de Souza Bispo (UFBA, Brasil)
Leonor Vacas de Carvalho (UEvora, Portugal)
Manuel Aníbal Silva Portugal e Vasconcelos Ferreira (IPLeiria, Portugal)
Manuel Castelo Branco (UP, Portugal)
Márcia Zabdiele Moreira (UFC, Brasil)
Marcos Cohen (PUC-Rio, Brasil)
Marcos Ferreira Santos (Universidad de La Sabana, Colômbia)
Mariluce Paes-de-Souza (UNIR, Brasil)
Miguel Ysrael Ramírez-Sánchez (UAEMéx, México)
Minelle Enéas da Silva (University of Manitoba, Canadá)
Nuno Manuel Rosa dos Reis (IPLeiria, Portugal)
Pedro Jácome de Moura Jr. (UFPB, Brasil)
Pedro Verga Matos (ISEG, Portugal)
Rafael Fernandes de Mesquita (IFPI, Brasil)
Rosimeire Pimentel (UFES, Brasil)
Sonia Maria da Silva Gomes (UFBA, Brasil)
Susana Jorge (UC, Portugal)

CONSELHO EDITORIAL

Ana Sílvia Rocha Ipiranga (UECE)
Conceição de Maria Pinheiro Barros (UFC)
Danielle Augusto Peres (UFC)
Diego de Queiroz Machado (UFC)
Editinete André da Rocha Garcia (UFC)
Emerson Luís Lemos Marinho (UFC)
Eveline Barbosa Silva Carvalho (UFC)
Fátima Regina Ney Matos (ISMT)
Mario Henrique Ogasavara (ESPM)
Paulo Rogério Faustino Matos (UFC)
Rodrigo Bandeira-de-Mello (FGV-EAESP)
Vasco Almeida (ISMT)

CORPO EDITORIAL CIENTÍFICO

Alexandre Reis Graeml (UTFPR)
Augusto Cezar de Aquino Cabral (UFC)
Denise Del Pra Netto Machado (FURB)
Ednilson Bernardes (Georgia Southern University)
Ely Laureano Paiva (FGV-EAESP)
Eugenio Ávila Pedrozo (UFRGS)
Francisco José da Costa (UFPB)
Isak Kruglianskas (FEA-USP)
José Antônio Puppim de Oliveira (UCL)
José Carlos Barbieri (FGV-EAESP)
José Carlos Lázaro da Silva Filho (UFC)
José Célio de Andrade (UFBA)
Luciana Marques Vieira (UNISINOS)
Luciano Barin-Cruz (HEC Montréal)
Luis Carlos Di Serio (FGV-EAESP)
Marcelle Colares Oliveira (UFC)
Maria Ceci Araujo Misoczky (UFRGS)
Mônica Cavalcanti Sá Abreu (UFC)
Mozar José de Brito (UFL)
Renata Giovinozzo Spers (FEA-USP)
Sandra Maria dos Santos (UFC)
Walter Bataglia (MACKENZIE)



A Contextus assina a Declaração de São Francisco sobre a Avaliação de Pesquisas (DORA).



A Contextus é associada à Associação Brasileira de Editores Científicos (ABEC).



Esta obra está licenciada com uma licença Creative Commons Atribuição – Não Comercial 4.0 Internacional.